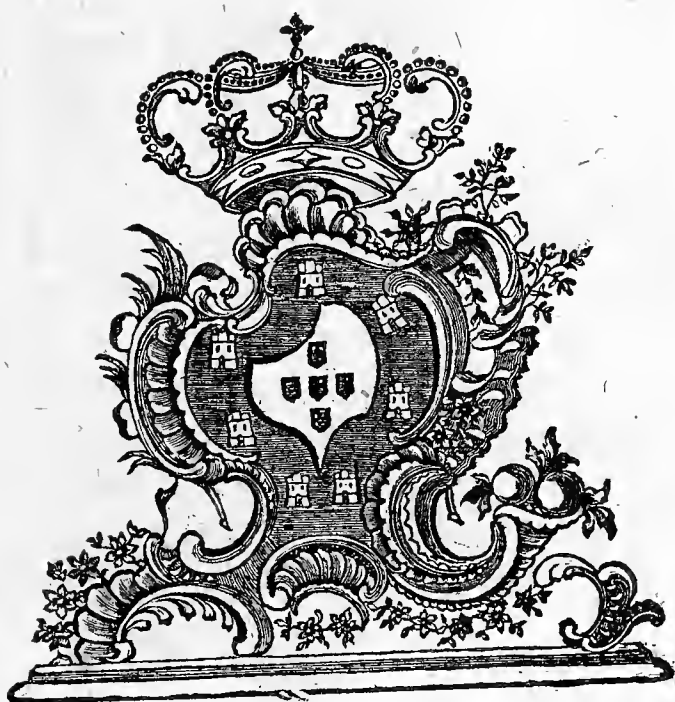


COMPANHIA  
GERAL DE PER-  
NAMBULO, E  
PARAIBA 1776



INSTITUIÇÃO  
D A  
COMPANHIA GERAL  
D E  
PERNAMBUCO,  
E PARAÍBA.



LISBOA

Na Officina de ANTONIO RODRIGUES GALHARDO,

Impressor da Real Meza Censoria.

---

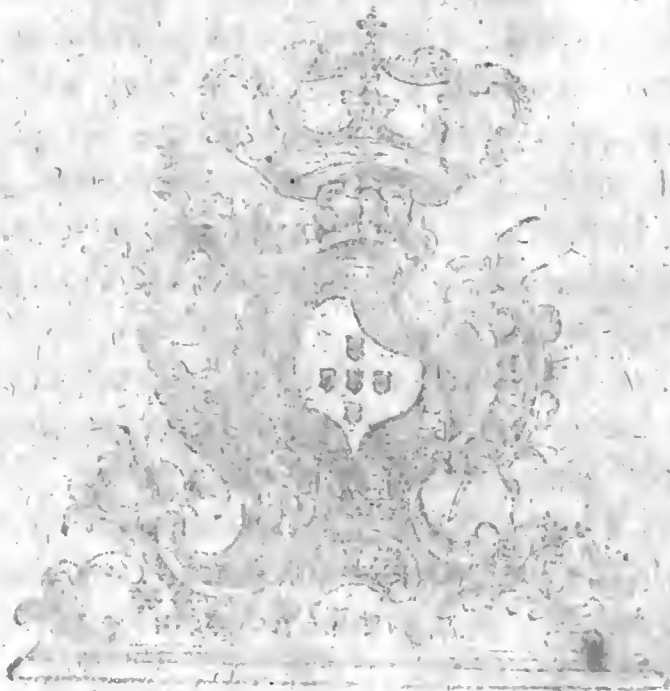
M. DCC. LXXVI.



THE NEW YORK

COMPTON & CO.

PRINTERS



LISBON

PRINTED BY THE NEW YORK

COMPTON & CO.

IN THE CITY OF NEW YORK



# SENHOR.

**O**S HOMENS DE NEGOCIO DAS PRAÇAS de Lisboa, do Porto, e de Pernambuco, abaixo assignados, em seu nome, e dos mais Vassallos de Vossa Magestade, havendo conhecido, e experimentado quanto a Real Grandeza de Vossa Magestade favorece, protege, e promove os communs interesses do Comércio: E esperando, que seirá do Real Agrado o novo estabelecimento de huma Companhia geral para as Capitánias de Pernambuco, e Paraíba, com a qual, muito consideravelmente, se augmentem os lucros, que se podem tirar daquelle Commercio; sendo elle regulado pelas direcções competentes, que ordinariamente se não encontram em Comércios livres: Tem convindo em formar a referida Companhia, havendo Vossa Magestade por bem de a sustentar com a concessão, e confirmação dos Estatutos, e Privilegios seguintes.

1 A dita Companhia constituirá hum Corpo politico composto de huma Junta, e duas Direcções para o seu Governo. A Junta será estabelecida em Lisboa com hum Provedor, e dez Deputados, hum Secretario, e tres Conselheiros. As duas Direcções se formarão na Cidade do Porto, e em Pernambuco, com hum Intendente, e seis Deputados cada huma: Sendo todos qualificados na maneira abaixo declarada. O governo, e disposição geral será sempre da Junta, que expedirá as Ordens para as duas Direcções, as quaes nas materias, e negocios de maior importancia, que não forem do seu expediente, darão conta na Junta para obrarem na fórma, que lhes for ordenado.

2 A sua denominação será = *Companhia geral de Pernambuco, e Paraíba* =. Os papéis de Officio, que della emanarem, serão sempre expedidos em nome do Provedor, e Deputados da mesma Companhia; e terá esta hum Sello

distinto, em que se veja na parte superior a Imagem de Santo Antonio Padroeiro daquela Capitania, e em baixo hum estrella com a letra = *Ut luceat omnibus* =; do qual Sello poderá usar como bem lhe parecer.

3 Os sobreditos Provedor, e Deputados da Junta, e os Intendentes, e Deputados das Direcções do Porto, e Pernambuco, serão Comerciantes, Vassallos de Vossa Magestade, naturaes, ou naturalizados, moradores nas tres respectivas Cidades, que tenhaõ dez mil cruzados, ao menos, de interesse na mesma Companhia: Os Conselheiros teraõ as mesmas qualidades; mas será livre a eleição em quaesquer interessados, pelo que pertence ao numero das Acções, com que houverem entrado na Companhia.

4 O Provedor, Intendentes, e Deputados serão nomeados por Vossa Magestade nesta Fundação para servirem por tempo de tres annos; findos os quaes darão conta com a entrega aos que forem eleitos nos seus lugares, os quaes lha tomarão da mesma sorte, que se pratica na Companhia geral do Graõ Pará, e Maranhão. Aos nomeados por Vossa Magestade para a creação da Companhia dará juramento o Juiz Conservador, de bem, e fielmente administrarem os Cabedaes da mesma Companhia, e de guardarem às Partes o seu direito: e aos que pelo tempo futuro se elegerem dará o mesmo juramento, nas Mezas da Companhia, o Provedor, ou Intendente, que acabar, lançando-se o termo em hum Livro separado, que haverá para este effeito.

5 As Eleições do Provedor, Deputados, e Conselheiros, que se fizerem depois de expirar o referido termo, se farão sempre na Casa do Despacho da Companhia pela pluralidade de votos dos Interessados, que nella tiverem cinco mil cruzados de Acções, e dahi para cima. Aquelles, que menos tiverem, se poderão com tudo unir entre si para que, prefazendo a sobredita quantia, constituaõ hum só voto em nome de todos na pessoa, que bem lhes parecer. Similhantermente as Eleições dos Intendentes, e Deputados da Cidade do Porto, e de Pernambuco, e Paraíba, se farão pelos Interessados moradores nos respectivos Districtos; po-  
rém

nem nunca terão effeito em quanto não forem approvadas pela Junta da Companhia; para o que lhe serão propostas duas pessoas, ao menos, para cada hum dos lugares; e em Pernambuco se fará a primeira Eleição ao tempo da partida da terceira Frota da Companhia; para que seja approvada em Lisboa, e principiem a ter exercicio os novos Intendentes, e Deputados, ao tempo da entrada da seguinte Frota naquella Capitania. O mesmo se praticará em todas as mais Eleições.

6. Não obstante que os nomeados por Vossa Magestade para servirem pela primeira vez, hajaõ de exercitar por tempo de tres annos; com tudo os que depois forem eleitos pelos votos dos Interessados, não poderãõ servir por mais de dous annos; sem que se possa fazer reconducção de hum para outro biennio, a menos que não concorram duas partes dos votos pelo menos; e que Vossa Magestade assim o resolva em Consulta da mesma Junta. Ao mesmo tempo se elegerãõ na referida fórma entre os Deputados hum Vice-Provedor, e hum Substituto em Lisboa, e hum Vice-Intendente na Meza da Cidade do Porto, outro em Pernambuco, para occuparem gradual, e successivamente, o lugar de Provedor, e Intendente, nos casos de impedimento, ou morte.

7. Todos os negocios, que se propuzerem na Junta da Companhia, e ainda nas Direcções subalternas, nos termos enunciados no paragrafo primeiro desta Instituição, se vencerãõ por pluralidade de votos; e a tudo o que por huma, e outras se ordenar nas materias pertencentes a esta Companhia, se dará inteiro credito, e terá sua plenaria, e devida execucao, da mesma forte, que se usa nos Tribunaes de Vossa Magestade; com tanto, que nas ditas disposições se não encontrem as Leis, e Regimentos, que não estiverem expressamente derogados por esta Instituição. Os sobreditos Provedor, e Deputados, em Lisboa, elegerãõ os Officiaes, que julgarem necessarios para o bom governo desta Companhia, e sobre elles terão plenaria jurisdicção para os suspenderem, privarem, e fazerem devassar, provendo outros de novo nos seus lugares. Todos servirãõ



em quanto a Companhia os quizer conservar, e lhes tomará contas dos seus recebimentos, e dará quitações firmadas por dous Deputados, e selladas com o Sello da Companhia, depois de serem vistas, e examinadas na sua Contadoria, e approvadas pela Junta. Os Officiaes, que haõ de servir nas Direcções da Cidade do Porto, Pernambuco, e Paraíba, serão similhantemente nomeados pelo Intendente, e Deputados, que darão parte na Direcção geral, e esta os mandará despedir, quando lhe parecer necessario, ordenando, que se passe á eleição de outros; bem entendido, que a mesma jurisdicção terá qualquer das duas Direcções subalternas nos seus Officiaes respectivos.

8 Terá esta Companhia hum Juiz Conservador em Lisboa, com Ordenado de trezentos mil réis por anno; o qual, com jurisdicção privativa, e inhibição de todos os Juizes, e Tribunaes, conheça de todas as Causas contenciosas, em que forem Authores, ou Réos o Provedor, Deputados, Secretario, e mais pessoas do serviço da Companhia, a que se passarem nomeações; ou as ditas Causas sejaõ Civeis, ou Crimes; tratando-se entre os ditos Officiaes da Companhia, e pessoas de fóra della. O qual Juiz Conservador fará avocar ao seu Juizo, nesta Cidade de Lisboa por Mandados, e fóra della por Precatorios, as ditas Causas, e terá Alçada per si só até cem cruzados, sem appellação, nem agravo, assim nas Causas Civeis, como no Crime, e nas penas por elle impostas: porém nos mais casos, e nos que provados merecerem pena de morte, despachará em Relação, em huma só instancia, com os Adjuntos, que lhe nomear o Regedor, ou quem seu cargo servir; e na mesma fórma expedirá as Cartas de seguro, nos casos, em que só devem ser concedidas, ou negadas em Relação. Na Cidade do Porto haverá outro Juiz Conservador da Companhia, com Ordenado de cem mil réis por anno, e jurisdicção similhante á do Juiz Conservador de Lisboa, o qual terá por Territorio as Provincias da Beira, Minho, e Tras os Montes. Em Pernambuco haverá tambem outro Juiz Conservador, com cem mil réis de Ordenado, e hum Escrivão, e Meirinho, os quaes todos serão nomeados pela Junta da Com-



Companhia, e confirmados por Vossa Magestade, sem embargo da Ord. liv. 3. tit. 12., e das mais Leis até agora publicadas sobre as Conservatorias. Haverá também na Cidade de Lisboa hum Procurador fiscal, com Ordenado de duzentos mil réis; sendo a nomeação da Junta geral da Companhia; e pedindo-se a confirmação a Vossa Magestade na referida forma.

9 Este mesmo Privilegio de Juiz privativo, se servirá Vossa Magestade extender a respeito desta Companhia, na conformidade da graça, que tem feito, por Alvará de dez de Fevereiro de 1757., á Companhia geral do Graõ Pará, e Maranhão, para effeito de que o Provedor, Intendentes, Deputados, e Secretario, e todos os Accionistas, que se interessarem nesta com dez mil cruzados, e dahi para cima, gozem do mesmo Privilegio por toda a sua vida, preferindo este a outro qualquer, ainda que seja incorporado em Direito, como o dos Moedeiros; e exceptuando-se sómente aquelles, que forem fundados em Tratados publicos, ou os estabelecidos pela Ord. liv. 2. tit. 59.

10 Não se comprehenderão nas jurisdições dos sobreditos Juizes Conservadores as questões, que se moverem entre as pessoas interessadas nesta Companhia sobre os Capitães, ou lucros della, e suas dependencias, porque estas serão propostas nas Mezas da Administração, e nellas determinadas verbalmente em forma Mercantil, e de plano pela verdade sabida, sem forma de Juizo, nem outras allegações, que as dos simples factos, e das regras, usos, e costumes do Commercio, e da Navegação, cõummente recebidos; sendo a isso presente o Juiz Conservador, e o Procurador fiscal. Não excedendo as Causas a quantia de trezentos mil réis, não haverá appellação, nem aggravo da Junta da Companhia: Porém das Direcções subalternas se poderá recorrer como por appellação, para a Direcção de Lisboa: E excedendo a Causa de trezentos mil réis, se consultará a Vossa Magestade a materia da duvida pela Junta da Companhia, não querendo as Partes estar pelo acôrdo della, para que Vossa Magestade se sirva de nomear Juizes, os quaes julgarão na mesma conformidade, sem que das suas determinações se possa inter-

interpor outro algum recurso ordinario, ou extraordinario, nem ainda a titulo de Revista: E tudo isto sem embargo de quaesquer Disposições de Direito, e Leis, que o contrario tenham estabelecido.

11 Passarão os sobreditos Conservadores por Cartas feitas no Real nome de Vossa Magestade as Ordens, que lhes forem determinadas pela Junta da Companhia, e requeridas pelas Direcções subalternas, assim para o bom governo da Companhia, como para tomar Embarcações, e fazer caretos; podendo cortar madeiras onde forem necessarias, pagando-se a seus donos pelos preços que valerem; e para obligar Trabalhadores, Barqueiros, Taverneiros, e todos os Artifices, que sirvaõ a Companhia, pagando-lhes os seus salarios: E se lhe não poderão tomar, nem ainda para serviço dos Arsenaes, Marinheiros, Grumetes, e mais homens, que estiverem occupados nas suas Frotas, ou outras expedições; antes, sendo-lhe necessarios outros, se pedirão aos Ministros, a que tocar, para lhos mandarem fazer promptos. Para o referido, e tudo o mais, necessario ao bom governo da Companhia, poderá esta emprazar os Ministros de Justiça, que não derem cumprimento ás suas Ordens, para a Relação nas Cidades de Lisboa, e do Porto, e para o Governador com os Ministros adjuntos, em Pernambuco, onde respectivamente irão responder; ouvidos os Juizes Conservadores, os quaes viraõ á Junta da Companhia, e Mezas da Direcção todas as vezes, que se lhes fizerem avizos, tendo nellas assento decorozo.

12 Sendo esta Companhia formada do Cabedal, e substancia própria dos Interessados nella, sem entrarem Cabe-daes da Real Fazenda; e sendo livre a cada hum dispôr dos seus proprios bens como lhe parecer mais conveniente: Seraõ a dita Companhia, e governo della immediatos á Real Pessoa de Vossa Magestade, e independentes de todos os Tribunaes maiores, e menores, de tal sorte, que por nenhum caso, ou accidente se intromettaõ nella, nem nas suas dependencias, Ministro, ou Tribunal algum de Vossa Magestade, nem lhe possaõ impedir, ou encontrar a administração de tudo, o que a ella tocar, nem pedirem-se-lhe contas do que obra-

obram , porque ellas devem dar os Deputados , que sahirem , aos que entrarem , na fórma do seu Regimento : E isto com inhição a todos os ditos Tribunaes , e Ministros , e sem embargo das suas respectivas jurisdicções ; porque , ainda que pareça que o manejo dos negocios da Companhia respeita a estas , ou aquellas jurisdicções , como elles não tocam á Fazenda de Vossa Magestade , senão ás pessoas , que na dita Companhia mettem seus Cabedaes , por si os haõ de governar com a jurisdicção separada , e privativa , que Vossa Magestade lhes concede. Querendo porém algum Tribunal saber das Mezas desta Administração alguma cousa concernente ao Real serviço , fará escrever , pelo seu Secretario , ao da referida Junta em Lisboa , ou a qualquer dos Deputados na Cidade do Porto , e em Pernambuco , os quaes proporão a Carta em Meza , para que esta lhes ordene o que devem responder. Quando seja cousa , a que não convenha deferir , o Tribunal , que houver feito a pergunta , poderá consultar a V. Magestade , para que , ouvindo a Junta da Companhia , resolva o que mais for servido. E succedendo falecerem nos Districtos de Pernambuco , e Paraíba , ou em outra qualquer parte , ainda nas viagens , os Administradores , e Feitores da Companhia , como tambem os Capitães , e Mestres dos Navios , e geralmente todas as pessoas , que deverem dar contas á Companhia , não poderão , por nenhum modo , intrometer-se na arrecadação dos seus livros , e espolios , os Juizes dos Orfãos , nem o Juizo dos defuntos , e ausentes , ou outro algum , que não seja o da Administração da Companhia nos respectivos Districtos , a qual arrecadará os referidos livros , e espolios , e delles dará conta á Meza da sua Repartição , para que esta a remetta á Junta da Companhia , que , separando o que lhe pertencer , com preferencia a quaesquer outras acções , mandará então entregar os remanecentes aos Juizes , ou partes , onde , e a quem pertencer : O que se entenderá tambem a respeito dos Administradores , e Caixas desta Corte , com os quaes ajustará a Companhia contas na sobredita fórma , até o tempo do seu falecimento , ouvidos os herdeiros , sem que a estes passe o Direito da Administração , que será sempre intransmissivel.

13 Sendo indispensavelmente necessario, que a Companhia tenha casas, e armazens sufficientes para o seu despacho, guarda dos seus cofres, e arrecadação das fazendas; e não sendo possivel, que tudo isto se fabrique com a brevidade necessaria: Ha Vossa Magestade por bem mandar, que se lhe tomem por apolentadoria todas as casas, e armazens, cobertos, e descobertos, que lhe forem precisos; pagando a seus donos os alugueis, em que se ajustarem, ou se arbitram por Louvados a contento das partes; e derogando Vossa Magestade para este effeito quaesquer Privilegios de apolentadorias, que tenhaõ as pessoas, a quem se tomarem, ou que nelles tenhaõ recolhido suas fazendas. Tambem Vossa Magestade he servido conceder-lhe a praia immediata á Casa da Moeda pela parte do Poente; os armazens, que estaõ encofados ao muro do patio da mesma Casa, e os mais, que lhe ficaõ defronte, de que até agora se servia a Ribeira das Naos, para que a Companhia possa fazer edificar Estaleiros para os Navios, e recolher o que a elles for pertencente, entregando-se-lhe as casas, que se achão no Terreno, que jaz entre os referidos armazens; e fazendo-se a necessaria separação entre os ditos Estaleiros, e Casa da Moeda, com portas separadas. Em Pernambuco se serve tambem Vossa Magestade conceder á mesma Companhia o uso da Casa do Ouro, e os seus armazens, como tambem aquella parte de Marinha, que for mais accommodada para a construcção, e concertos dos seus Navios, e mais Embarcações necessarias, ordenando por este capitulo ao Governador daquella Capitania, e mais pessoas, a quem toca, que de tudo lhe fação entrega sem duvida, nem contradicção alguma.

14 Além do sobredito concede Vossa Magestade licença á Companhia para fabricar os Navios, que quizer fazer, assim mercantes, como de Guerra, em qualquer outra parte das Marinhas desta Cidade, e Reino, onde houver cômodidade: Como tambem para cortar madeiras no distrito da Cidade do Porto, Alcacer do Sal, ou outra qualquer parte que não seja Coutada, participando, pela via, a que tocar, a determinação do numero, e qualidade das madeiras, que intenta fazer cortar, para que se lhe avaliem, não havendo



vendo preços estabelecidos, e se paguem com toda a brevidade; e para o córte lhe manda Vossa Magestade dar todo o favor, e promptidão, e ainda preferencia a todas as obras, que não forem da Fabrica de Vossa Magestade.

15 Poderá a sobredita Companhia, mediante a licença de Vossa Magestade, mandar tocar caixa, e levantar a gente de Mar, e Guerra que lhe for necessaria para guarnição das suas Frotas, e Náos, assim nesta Cidade, Reino, e Ilhas, como nas Capitanias de Pernambuco, e Paraíba, a todo o tempo, que lhe convier, fazendo-lhe as pagas, e ventagens, que acordar com elles. E succedendo que na mesma occasião mande Vossa Magestade fazer levas de gente, precedendo as do Serviço Real, se seguirão logo, immediatamente, as da Companhia; porém havendo urgente necessidade della, consultará a Vossa Magestade para que se sirva de lhe dar a necessaria providencia.

16 E porque para cōmandar, e dirigir Frotas de tanta importancia, se devem eleger pessoas de grande satisfação, e confiança: He Vossa Magestade servido permittir, que a Companhia escolha os Commandantes, Capitães de Mar, e Guerra, e mais Officiaes, que lhe parecer, para o governo, e guarnição das Náos, que armar: Propondo a Vossa Magestade por Consulta da Junta, e Direcção principal, duas pessoas para cada posto, para que Vossa Magestade se sirva de eleger huma dellas: Dando Vossa Magestade licença aos que estiverem occupados em seu Serviço, para exercitarem os ditos cargos: Havendo Vossa Magestade assim a elles, como os Soldados, os serviços, que nas ditas Náos fizerem, como se fossem feitos na sua Real Armada, ou Fronteiras do Reino, para lhos remunerar conforme as fés de Officios, e Certidões que apresentarem; o que se entende, ajuntando Certidão da Companhia de como nella deraõ conta da obrigação do seu cargo; e sem a dita Certidão não poderão requerer a Vossa Magestade nem os seus adiantamentos, nem o despacho dos ditos Serviços.

17 Depois de confirmadas por Vossa Magestade as pessoas que a Junta da Companhia eleger para os ditos postos, lhes passará o Secretario della suas Patentes, com a

Vista de dous Deputados na volta, para serem assignadas pela Real Mão de Vossa Magestade. Os Regimentos, que se derem aos Commandantes, e Capitães de Mar, e Guerra, serão primeiro consultados a Vossa Magestade pela Companhia: E sendo servido de os approvar, os fará o Secretario della no Real Nome de Vossa Magestade, para que, com Vista de dous Deputados, sejaõ assignados pela sua Real Mão: Com declaração, que os ditos Regimentos, depois de firmados, tornarão á Junta da Companhia, para os entregar aos ditos Commandantes, e Capitães, fazendo elles termo, ao pé do Registo, de darem na dita Companhia conta de tudo, o que obraraõ: E dos excessos, que fizerem, e devassas, que dos seus procedimentos tirar o Juiz Conservador, se dará vista ao Procurador Fiscal, que a Companhia constituir, e Vossa Magestade confirmar, para lhe dar cargos, os quaes serão depois sentenciados na Casa da Supplicação pelo Conservador, e Adjuntos, que se lhe nomearem, na fôrma acima dita.

18 Sendo notorio a Vossa Magestade, que de presente não ha Náos de Guerra competentes, que a Companhia possa comprar, nem de fóra se poderiaõ mandar vir com a brevidade necessaria; e não lhe sendo occultos nem os encargos, que a mesma Companhia toma sobre si, exonerando a Coroa de Comboios das Frotas daquella Capitania, e da Guarda das suas Costas; nem os grandes gastos, e despezas, que a mesma Companhia será obrigada a fazer nestes principios, assim em Navios, e aprestos delles, como nas suas cargas: Se serve Vossa Magestade fazer mercê, e Doação á mesma Companhia, por esta vez sómente, de duas Fráguas de Guerra para os seus Comboios, e successivo serviço. E como a Companhia ha de fazer as despezas com os mesmos Comboios, e he a mesma, que, debaixo da Real Protecção de Vossa Magestade, presta segurança aos seus Cabedaes, se serve Vossa Magestade de que ella não pague hum por cento de Ouro, ou dinheiro, que lhe vier de Pernambuco nos Comboios das Frotas do mesmo porto, sendo proprio da mesma Companhia.

19 Todas as prezas, que as Náos da dita Companhia

nhia fizerem aos inimigos desta Coroa, assim á hida, como á vinda, ou por outro qualquer titulo, que seja, pertencerão sempre á mesma Companhia, para dellas disporem os seus Deputados como bem lhes parecer, e por nenhum modo tocará á Fazenda de Vossa Magestade cousa alguma dellas.

20 Nenhum dos Navios da Companhia se lhe tomará para o Real serviço, ainda que seja em casos de urgente necessidade: Acontecendo porém, o que Deos não permitta, que esta Coroa tenha inimigos, que com poderosa Armada venhão infestar as Costas deste Reino, ou invadir os seus Portos, e Barras, de modo, que sejam necessários os ditos Navios, para que a Armada de Vossa Magestade lhe possa fazer opposição com o reforço delles, neste caso lho mandará Vossa Magestade fazer a saber, para que o Provedor, e Deputados, com todas as suas forças acudaõ ao necessario do dito soccorro, como bons, e leaes Vassallos: Com tal declaração porém, que os custos, que fizerem, sahindo fóra do dito Porto, no apresto do dito soccorro, pagas, e mantimentos da gente de Mar, e Guerra, que constaráõ por Certidões dos seus Officiaes, a que se dará inteiro credito; e qualquer Navio, que no caso de batalha, ou de risco do mar se perca, lho mandará Vossa Magestade pagar em dinheiro de contado, da chegada dos ditos Navios a seis mezes: e não se lhe pagando, findo o dito termo, se descontaráõ nos direitos dos primeiros generos, que vierem de Pernambuco, e isto pelo grande damno, que a Companhia receberá de qualquer interrupção no curso das suas viagens; porém se os ditos Navios, não sahirem deste Porto a peleijar, não lhe pagará cousa alguma a Fazenda de V. Magestade.

21 Ainda que a Companhia, attendendo ao transporte das láfras, deve mandar annualmente as suas Frotas, no tempo opportuno, para transportarem a este Reino os fructos recentes da producção das sobreditas Capitanias: Com tudo, attendendo Vossa Magestade a que no Commercio da mesma Companhia cessaõ todas as razões das Leis, e Ordens, que justissimamente estabeleceraõ para

o Commercio livre, e vago as Frotas annuaes, e regulares : Ha Vossa Magestade por bem, que a mesma Companhia, além dos Navios, que navegarem nas Frotas, possa mandar ás mesmas Capitanias, e fazer voltar dellas, os mais Navios soltos, que necessarios forem, em beneficio do seu Commercio, e Navegação, e da extracção, e introducção dos generos, da producção, e provimento das mesmas Capitanias.

22 Os Governadores, e Capitães Generaes, e os Capitães Móres, e Ministros das Capitanias de Pernambuco, e Paraíba, ou de outra qualquer do Estado do Brasil, ou deste Reino, não terão alguma jurisdicção sobre a gente de Mar, e Guerra da dita Companhia, assim no mar, como na terra, porque esta jurisdicção sera sómente dos Commandantes, salvos porém os casos, em que estes pretendão na forma das carregações alterar as Leis, e Ordens de Vossa Magestade. E para alojamento das mesmas gentes do mar, e serviço da Companhia: He Vossa Magestade servido conceder-lhe em Pernambuco o Hospital da gente maritima, que fica sem uso; com declaração, que, apportando Nãos da Coroa naquelle Recife, se lhe dará preferencia na alojação referida: Em qualquer outro Porto se lhes mandarão dar accõmodações competentes pelos Governadores, e Capitães Generaes, ou Ministros, a quem forem pedidas no caso denarribada, por causa de tormenta, ou outro accidente.

23 Por quanto a dita Companhia ha de ter algumas Embarcações pequenas para lhe servirem de avisos, em nenhum caso poderão os Governadores, e Capitães Generaes daquella Capitania, despachar para o Reino Embarcação alguma fóra da Conserva das referidas Frotas. E havendo algum succésso, que seja precisamente necessario avisar-se a Vossa Magestade, o poderão fazer nas Embarcações da Companhia. Porém quando estas faltarem, e for preciso virem outras, virão sempre de vazio, porque assim se evitaõ os damnos, que do contrario se seguiriaõ á mesma Companhia. E vindo carregados ou em todo, ou em parte, se perderão os calcos, e a carga, a favor da pessoa,



loa, ou pessoas, por quem forem denunciados, pagando os taes Denunciantes á Companhia a avaria, que parecer competente. No caso, que seja necessario mandarem-se transportar madeiras para os Armazens de Vossa Magestade, será feito o transporte nos Navios da Companhia, pagando-se-lhe promptamente o frete. Bem entendido, que no Páo Brasil se ha de conservar em tudo a disposição do seu Regimento.

24 Chegando as Náos de Guerra desta Companhia a formarem Esquadra, levarão as Armas de Vossa Magestade nas bandeiras da Capitânia, e Almirante, e a divisa, e empreza della será humá bandeira á quadra com a Imagem de Santo Antonio sobre a estrella, que constitúe as Armas, que Vossa Magestade he servido dar á dita Companhia: Os estilos, que os Commandantes destes Navios haõ de guardar quando se encontrarem com a Armada Real, ou Esquadras de V. Magestade, e Náos da India, irão declarados no Regimento, que se lhes dér, assignado pela Real Maõ de V. Magestade.

25 Para esta Companhia se poder sustentar, e ter algum lucro compensativo das despezas, que deve fazer, e do serviço, que tambem faz a V. Magestade, e ao bem commum destes Reinos: He V. Magestade servido conceder-lhe o Commercio exclusivo das duas Capitánias de Pernambuco, e Paraíba com todos os seus Districtos, para que nenhuma pessoa possa levar, ou mandar ás sobreditas duas Capitánias, e seus Portos, nem delles extrahir, mercadorias, generos, ou fructos alguns, mais do que a mesma Companhia; exceptua-se porém o Commercio de Pernambuco, e Paraíba para os Portos do Sertão, Alagoas, e Rio de S. Francisco do Sul, o qual será livre a todas, e quaesquer pessoas como até agora o tem sido.

26 Tambem V. Magestade ha por bem conceder á mesma Companhia o privilegio exclusivo para ella só fazer o Commercio, que até agora se fez, vaga, e livremente das referidas Capitánias de Pernambuco, e Paraíba para a Costa de Africa, e Portos della, para os quaes até agora navegaraõ os Navios das sobreditas duas Capitánias: Com

tan-

tanto , que a Navegação da dita Companhia não embarce a que para os mesmos Portos de Africa se faz da Bahia , e Rio de Janeiro ; antes pelo contrario , se coadjuvarão reciprocamente a Companhia , e as referidas duas Praças , para que o Commercio de huma não embarce o das outras. Da mesma sorte se entenderá este privilegio sem prejuizo da Navegação , e Comércio da outra Companhia do Graõ Pará , e Maranhão. E porque ao tempo , em que esta concessão se publicar em Pernambuco , se poderão achar alguns Navios expedidos , outros carregados , e outros com as cargas já promptas , e as despezas dellas feitas ; e não he da Real intenção prejudicar aos que se acharem nos referidos desembolsos : He Vossa Magestade servido , que o dito privilegio exclusivo da Navegação de Pernambuco , e Paraíba , para a Costa de Africa , só principie a ter o seu effeito quatro mezes depois de se publicar a presente Instituição , a respeito dos Navios , que houverem de partir : E que os outros Navios , que se acharem despachados ao tempo da referida publicação , sejam descarregados quando voltarem , ainda que cheguem depois de serem findos os quatro mezes acima declarados.

27 Nas fazendas seccas , exceptuando farinhas , e comestiveis seccos , não poderá a Companhia vender por mais de quarenta e cinco por cento , em cima do seu primeiro custo em Lisboa , quando as fazendas forem pagas com dinheiro de contado ; e sendo as fazendas vendidas a credito , se accrescentará o juro de cinco por cento ao anno , rateando-se pelo tempo , que durar a espera : E isto em attenção a que os Fretes , Seguros , Comboios , Direitos de entrada , e sahida , empacamentos , carros , comissões , e mais despezas com as ditas fazendas , haõ de ser por conta da Companhia ; com tanto , que na palavra = *Direitos* = sómente seja visto entender-se os da Dizima , que só pagavaõ as fazendas no Graõ Pará , e Maranhão , ao tempo em que se contratou aquella Companhia : E que todos os outros direitos , que excederem , se augmentaráõ a favor da mesma Companhia , que os desembolsar , para que assim se observe toda a devida igualdade.

28 Nas fazendas molhadas, farinhas, e mais comestiveis, que forem leccos, e de volume, não poderá também vender por mais de dezaseis por cento, livres para a Companhia de despezas, fretes, direitos, e mais gastos de compras, embarques, entradas, e sahidas; attendendo-se ás perdas que a experiencia da dita Companhia do Graõ Pará, e Maranhão tem mostrado, que há nestes generos comestiveis, pela facilidade, com que huns se corrompem, outros se avariaõ.

29 E para justificar as suas vendas, e que cumpre com a exactidão dos ditos preços, serão obrigadas a Direcção geral de Lisboa, e a Direcção do Porto, a mandarem aos seus respectivos Feitores, pela Direcção de Pernambuco, em fórmula authentica, assignadas por todos os Deputados, e munidas com o sello da Companhia, para assim fazerem patentes ao Povo, as carregações, e contas do custo das fazendas, que levar cada Frota, ou Navio de aviso; para que cada hum dos compradores possa examinar o verdadeiro valor dos generos, que tiver apartado, sem nelles poder suspeitar a menor fraude. Para que esta fique por todos os modos excluida, se declara que o Provedor, e Deputados da Junta da Companhia em Lisboa, e o Intendente, e Deputados da Direcção do Porto, levarão dous por cento de Commissão sobre os empregos, e despezas, que se fizerem nos seus respectivos Districtos com a expedição das Frotas, ou Navios da Companhia, e outros dous por cento no producto dos retornos, e despezas, que vierem, e se fizerem em cada hum dos referidos dous portos: Em Pernambuco levarão o Intendente, e Deputados, dous por cento sómente, das vendas em bruto, que se fizerem nas Capitanias de Pernambuco, e Paraíba; sem que tirem commissão das remessas para este Reino. Porém se as sobreditas fazendas forem permutadas a troco dos generos daquellas Capitanias neste caso, ficará o ajuste á avença das partes.

30 Porque não seria justo nem que os habitantes das mesmas Capitanias quizessem reputar tanto os seus generos, que causassem prejuizo á Companhia nem que esta os habatesse de sorte, que, em vez de animar a agricultura, e manufacturas, impossibilitasse os Lavradores, e Fabricantes para

as profeguiem: Nesta consideração, quando as ditas vendas, e permutações senão puderem concordar á avença das partes, ficará sempre livre aos senhores dos generos fazellos transportar por sua conta a estes Reinos; o que se entende porém nos generos, e fructos, que cultivarem, e fabricarem; consignando-os á mesma Companhia, para lhos beneficiar nesta Corte, ou na Cidade do Porto. E sendo devidores á Companhia, se lhes aceitarão os pagamentos em letras sobre os mesmos effeitos para ficarem desobrigados ao tempo do embolso da mesma Companhia; a qual será obrigada a receber os referidos generos nos seus Navios, pagando-se-lhe pelo transporte delles o frete costumado; a trazellos tão seguros, e bem acondicionados, como os que lhe forem proprios; e não os vender por preços menores daquelles, em que regular os seus proprios generos, pagando-se da Commissão sómente, e do Seguro, no caso, em que pareça ás partes segurar.

3.1 Porque nas sobreditas Capitánias se achão ainda os productos de algumas remessas de Comerciantes particulares assim de Lisboa, como da Praça do Porto: He Vossa Magestade servido, que fique livre a todas, e quaesquer pessoas, o carregar os generos da producção, e manufacturas das mesmas Capitánias, na primeira Frota, que se expedir para o Reino, consignando-os livremente a quem bem lhes parecer; porém na segunda Frota, e nas mais successivas, não poderá carregar generos outra alguma pessoa, que não sejaõ os Feitores da Direcção da Companhia, ou os Lavradores, e Fabricantes, que os cultivarem, e fabricarem nas suas terras, e manufacturas; carregando cada hum o que verdadeiramente for da sua Lavoura, e Fabrica, sem dolo, nem malicia; porque, fazendo compras simuladas para carregarem nos seus nomes os generos alheios, e para assim fazerem travessia, e contrabando ao Commercio exclusivo da Companhia; logo que estes dolos forem descobertos, e provados, incorrerão os que delles usarem na penna da perda da Carregação em tresdobro, de que se dará o terço ao Denunciante, se o houver, cedendo o mais a favor da dita Companhia.

32 No caso em que, depois da partida da sobredita primeira



meira Frota, fiquem ainda aos actuaes interessad<sup>os</sup> no Com-  
mercio das referidas Capitanias dividas, que haja<sup>o</sup> de cobrar  
em generos da terra; consignando-os á Companhia, será es-  
ta obrigada a tomallos pelo preço corrente do estado da Pra-  
ça; e a pagar-lhos logo ou em dinheiro á vista, ou com le-  
tras seguras, sobre a caixa geral da Junta de Lisboa; qual os  
vendedores acharem mais util para os seus interesses.

33 Porque tambem não seria justo, que a mesma  
Companhia prejudicasse tanto aos Negociantes destes Reinos,  
e daquellas Capitanias, que vendem por miudo, que, não  
lhes fazendo conta o seu trafico, viessem a ser necessitados a  
largallo, faltando-lhes com elle os meios para sustentarem as  
suas casas, e familias: Não poderá nunca esta Companhia  
vender pelo miudo, mas antes o fará sempre em grossas par-  
tidas por si, e seus Feitores: E as vendas neste Reino não  
podera<sup>o</sup> nunca ser menores de duzentos mil réis, nem de  
cem mil réis nas Capitanias de Pernambuco, e Paraíba: Fa-  
zendo-se sempre as ditas vendas nos Armazens da Companhia,  
e nunca em Tendas, ou casas particulares: E não se poden-  
do intrometter os Corretores por qualquer modo, ou de-  
baixo de qualquer titulo, ou pretexto, nas sobreditas vendas  
em grosso, que sempre sera<sup>o</sup> feitas pelo simples, e unico mi-  
nisterio dos Feitores da mesma Companhia.

34 Nenhuma pessoa de qualquer qualidade, ou con-  
dição, que seja, poderá mandar, levar, ou introduzir as so-  
breditas fazendas seccas, ou molhadas, nas ditas Capitanias;  
nem ta<sup>o</sup> pouco extrahir os generos da sua producção, a me-  
nos, que não seja na fórma acima referida; sob pena de per-  
dimento das fazendas, e generos, e de outro tanto, quan-  
to importar o seu valor; sendo tudo applicado a favor dos  
Denunciantes, que podera<sup>o</sup> dar suas denuncias em segredo,  
ou em publico; neste Reino diante dos Juizes Conservado-  
res de Lisboa, e do Porto; e em Pernambuco diante do  
Juiz Conservador da mesma Companhia; os quaes todos fa-  
ra<sup>o</sup> notificar as denunciações aos Procuradores da Compa-  
nhia, para serem partes nellas; tudo debaixo das penas aci-  
ma declaradas.

35 Ha Vossa Magestade outro sim por bem, que  
c nos

nos generos , e Manufacturas de Pernambuco , e Paraíba , que forem navegados pela Companhia , se observe daqui em diante o seguinte , quanto aos direitos : Os que forem transportados para o consumo dos Reinos de Portugal , e dos Algarves , e que delles se navegarem para quaesquer Dominios de V. Magestade , pagarão os direitos grossos , e miudos , que até agora pagaráo. Os Asflucares , ainda sendo navegados para Reinos estrangeiros , pagarão os direitos na fórma , que presentemente se cobrao : Porém os outros generos não pagarão mais , que ametade dos direitos , sendo extrahidos para os Paizes estrangeiros. E querendo a Companhia fazellos transportar por baldeação , o poderá livremente fazer , assim , e da mesma sorte , que se houvessem entrado em Navios estrangeiros , e fossem nos seus respectivos Paizes produzidos : Pagando neste caso sómente , quatro por cento , e os emolumentos dos Officiaes. A importancia dos referidos direitos será paga na fórma dos espaços concedidos pelo Foral da Alfandega de Lisboa : Para o que ha V. Magestade , desde já , por abonado para assignante aquelle Deputado , que huma , e outra Direcção nomear para assignar os despachos desta Companhia. Quanto ás Madeiras , assim as que forem proprias para edificios , como outras quaesquer , ferao livres de todos os direitos , e ainda de dar entradas na Meza do Paço da Madeira , na conformidade do Alvará de dez de Maio de 1757.

36 Os Navios do Commercio da Companhia , despachando por saída nas Mezas costumadas ; e pagando nellas o que deverem , segundo as suas lotações ; como actualmente se pratica ; ferao despachados promptamente , e com preferencia a quaesquer outros Navios ; sob pena de suspensão dos Officiaes , que o contrario fizerem , até nova mercê de V. Magestade. O que porém não terá lugar nos Navios de Guerra , que como taes forem armados pela Companhia ; porque estes gozarão dos privilegios , de que gozaõ as Náos de Vossa Magestade , não sendo sujeitos a outros despachos , que não sejaõ os mesmos , com que costumao sair as Náos da Coroa. Nos despachos por entrada , e fórma das descargas , haverá a mesma preferencia , e tambem a liberdade de descarregar

regar todo o numero de barcos, que couber no tempo de cada hum dia, e toda a quantidade de caixas, atanados, couros, e sola, que couber em cada hum barco, sem embargo das ordens em contrario.

37 Para o provimento das Náos de Guerra da Companhia, ha outro fim Vossa Magestade por bem de lhes mandar dar nos Fornos de Val de Zebro, e Moinhos da banda dalém, os dias competentes para moerem os seus trigos, e cozerem os seus biscutos, debaixo da privativa Inspecção dos Officiaes, que a Companhia deputar para este effeito. E sendo caso, que no mesmo tempo concorra fabrica para as Armadas de Vossa Magestade, e para as Náos da Companhia geral do Graão Pará, e Maranhão, repartirá o Almoxarifado os dias de tal sorte, que juntamente se possaõ fazer todos.

38 Da mesma sorte: Ha Vossa Magestade por bem que os vinhos, que forem necessarios para o provimento das Náos da Companhia, paguem só os direitos de entrada, e saída, que costumão pagar á Fazenda de Vossa Magestade os que vem para aprestos das suas Armadas; regulando-se esta franqueza em cada hum anno pelas lotações dos Navios de Guerra, que expedir a mesma Companhia. A qual outro fim poderá mandar ao Alem-Tejo, e quaesquer outras partes destes Reinos, comprar trigos, vinhos, azeites, e carnes para os seus provimentos, e carregações Ultramarinas; podendo-os conduzir pelo modo que lhe parecer; e sendo obrigadas as Justiças a darem-lhe barcos, carretas, e cavalgaduras, para a conducção dos referidos generos, pagando tudo pelos preços correntes: No que se entenderáõ sempre salvos os casos de Esterilidade, e de travessia para revender neste Reino os sobreditos frutos; de tal modo, que nenhum dos Provedores, Intendentes, Deputados, e Officiaes da Companhia, poderá negociar nos sobreditos generos em Portugal, ou nos Algarves; sob pena de perdimento das acções, com que tiver entrado, a favor dos Denunciantes; de inhabilidade perpétua para todo o emprego publico; e de finco annos de degredo para a Praça de Mazagaõ; e sendo Official Subalterno, perderá o Officio, que tiver, para mais não entrar em algum outro; e será condemnado em dous

mil cruzados para quem o denunciar, e degradado por outros cinco annos para Angola: Bem visto, que para tudo haõ de preceder legitimas provas, ou a real apprehensão dos generos vendidos.

39 Quando na chegada das Frotas succeder naõ caberem os seus effeitos nos Armazens da Alfandega, permite Vossa Magestade que a Companhia os possa metter em outros Armazens, de que os Officiaes de Vossa Magestade teraõ as chaves, para lhe serem despachados conforme a occasião, e a necessidade o pedirem.

40 Querendo a Companhia fabricar por sua conta a polvora, que lhe for necessaria, se lhe darão nas Fabricas Reaes os dias competentes para a fabricar: E della, e dos materiaes, que a compoem, e da bala, murrão, armas, madeiras, e materiaes para a construcção, e aprestos dos Navios, naõ pagará direitos alguns á Fazenda de Vossa Magestade; com tanto, que esta franqueza naõ exceda os generos necessarios para provimento da mesma Companhia; a qual em nenhum caso os poderá vender a terceiros; nem nelles negociarem os seus Administradores; sob pena de que, fazendo o contrario, e constando assim, pela real apprehensão das cousas vendidas, as pessoas, que as venderem, pagarão o tresdobro da sua importancia, ficarão inhabilitadas para mais naõ servirem na Companhia, e seraõ degradadas por cinco annos, para a Praça de Mazagão.

41 Os fretes, avarias, e mais dividas, de qualquer qualidade que sejaõ: Ha Vossa Magestade por bem, que se cobrem a favor da Companhia pelos seus Juizes Conservadores, como Fazenda de Vossa Magestade, fazendo os seus Ministros as diligencias: O que tambem se entenderá nas penhoras dos fiadores dos homens do mar, na fórmula do Regimento dos Armazens.

42 Ha outro sim Vossa Magestade por bem, que todas as pessoas de Commercio, de qualquer qualidade que sejaõ, e por maior privilegio, que tenhaõ, sendo chamadas á Meza da Companhia para negocio da Administração della, teraõ obrigação de hir; e naõ o fazendo assim, os Juizes Conservadores procederão contra elles como melhor lhes parecer.



43 Todas as pessoas, que entrarem nesta Companhia com dez mil cruzados, e dahi para cima, uzaráo, em quanto ella durar, do Privilegio de Homenagem na sua propria casa, naquelles casos, em que ella se costuma conceder: E os Officiaes actuaes della serão isentos dos Alardos, e Companhias de pé, e de cavallo, levas, e mostras geraes, pela occupação que haõ de ter. E o Commercio, que nella se fizer, na sobreditá fórma, não só não prejudicará á Nobreza das Pessoas, que o fizerem, no caso, em que a tenhaõ herdada, mas antes pelo contrario, será meio proprio para se alcançar a Nobreza adquirida: De fórma que as pessoas, que entrarem com dez acções, e dahi para cima, nesta Companhia, gozarão do Privilegio de Nobres, não só para o effeito de não pagarem rações, outavos, ou outros encargos pessoas das fazendas, que possuirem nas terras, onde, pelos Foraes os Peões, sómente, são obrigados a pagar os referidos encargos, mas tambem para que, sem dispensa de mecânica, recebam os Habitos das Ordens Militares; com tanto, que ao tempo, em que os houverem de receber, não tenhaõ exercicios incompativeis com a Nobreza; e que esta graça seja pessoal a favor dos Accionistas originarios sómente, sem que delles possaõ passar aos que, por venda, cessão, ou outro qualquer titulo lhes succederem nas ditas acções.

44 Ao Provedor, Secretario, Intendentes, e Deputados, assim os que estiverem em actual exercicio, como os que houverem servido, e a todos os Officiaes que estiverem no serviço da Companhia, concede Vossa Magestade em qualquer parte destes Reinos, e seus Dominios Aposentadoria passiva; e todos os Interessados em dez mil cruzados, e dahi para cima, gozarão do mesmo Privilegio; como tambem não poderão ser obrigados, em quanto exercitarem empregos da Companhia, ainda que nella não sejaõ interessados, a servir contra suas vontades Officio algum de Justiça, ou Fazenda, nem cargos dos Concelhos, nem ainda a cobrar fintas, imposições, tributos, ou quaesquer outros direitos, nem a ser depositarios delles.

45 As offensas, que fizerem a qualquer dos Officiaes da Companhia, por obra, ou palavra, sobre materia  
do

do seu officio, serão castigadas pelos Juizes Conservadores, como se fossem feitas aos Officiaes de Justiça de Vossa Magestade.

46 Porque ás pessoas, que entrarem nesta Companhia, se acha lançado o quatro, e meio por cento, e maneo, e mettem nella o cabedal de que o pagaõ, não poderá vir nunca em consideração pedir-se o dito quatro, e meio por cento, e maneo, á dita Companhia; e assim o ha Vossa Magestade por bem: Não permittindo que a respeito dos Interessados nella, ou dos fundos, que cada hum tiver, se faça alteração nos maneios, e quatro, e meio por cento nas pessoas, que entrarem na mesma Companhia com cinco mil cruzados, e dahi para cima: E ordenando, por onde toca, que todas sejam conservadas ao dito respeito no estado, em que se acharem nas suas respectivas Freguezias ao tempo em que fizerem a referida entrada, pelo que a ella pertencer. Só os Officiaes, a quem se fizerem Ordenados de novo, pagarão dellês quatro e meio por cento á Fazenda Real.

47 Sendo antigo estylo da Portagem, e costume, fundado no Regimento, lealdarem-se nella os Homens de negocio no mez de Janeiro de cada hum anno, dando onze feitis pelo lealdamento: Ha Vossa Magestade outro sim por bem, que a dita Companhia se possa lealdar na sobre-dita forma, representando em nome de todos os Interessados huma só pessoa particular; e mandando Vossa Magestade, que o Escrivão dos Lealdamentos abra titulo, em que se lealde a dita Companhia como deve fazer aos mais moradores de Lisboa.

48 Succedendo não ser necessario que a Companhia envie aos Portos de Pernambuco, e Paraíba todos os Navios Mercantes, e de Guerra, que tiver; e ser-lhe conveniente applicar algum, ou alguns dellês, a outros effeitos em beneficio do serviço de Vossa Magestade, melhora do Reino, e accrescentamento da Companhia; o poderá esta fazer com licença de Vossa Magestade; consultando-lho primeiro, para Vossa Magestade resolver o que achar, que mais convém ao seu Real serviço, e bem commum da mesma Companhia.

49 Ainda que a Companhia determina obrar tudo, o que tocar á fabrica, aprestos, e despacho das suas Frotas, e expedições, com toda a suavidade, e sem usar dos meios do rigor; com tudo, como póde ser necessario valer-se dos Ministros da Justiça: He Vossa Magestade servido, que para o sobredito effeito possaõ as Mezas pelos seus Juizes Conservadores enviar recados aos Juizes do Crime, e de Fóra, e aos Alcaides, para que fação o que se lhes ordenar. Os serviços, que nisso fizerem, lhe haverá Vossa Magestade como se fossem feitos a bem da Armada Real, para por elles serem remunerados por V. Magestade em seus despachos, apresentando os ditos Juizes para isso Certidão das ditas Mezas: E pelo contrario, se não acodirem a esta obrigação, lhes será extranhado, e lhes será dado em culpa nas suas Residencias.

50 Sendo necessario á Companhia fazer algumas carnes nesta Cidade, ou na do Porto, e em Pernambuco, as poderá mandar fazer da mesma sorte, que se fazem para os Armazens de V. Magestade, pagando os direitos, que dever, e pedindo-as aos Ministros de V. Magestade sem prejuizo do Povo.

51 Faz V. Magestade mercê ao Provedor, Secretario, Intendentes, Deputados, e Conselheiros da Companhia, que não possaõ ser presos em quanto servirem os ditos cargos, por ordem de Tribunal, Cabo de Guerra, ou Ministro algum de Justiça, por caso Cível, ou Crime, salvo se for em flagrante delicto, sem ordem do seu Juiz Conservador: E que os seus Feitores, e Officiaes, que forem ás Provincias, e outros lugares fóra da Corte, fazer compras, e executar as commiões, de que forem encarregados, possaõ usar de todas as armas brancas, e de fogo, necessarias para a sua segurança, e dos cabedaes, que levarem, assim nestes Reinos, como nas Capitanias de Pernambuco, e Paraíba; com tanto, que, para o fazerem, levem cartas expedidas pelos Juizes Conservadores da Companhia no Real nome de V. Magestade.

52 E porque haverá muitas cousas no decurso do tempo, que de presente não pôdem occorrer, para se  
ex-

expressar : Concede V. Magestade licença á dita Companhia para as poder consultar nas occasiões , que se offerecerem , para V. Magestade resolver nellas o que mais convier ao seu Real serviço , Bem-commum dos seus Vallallos , e da mesma Companhia.

53. O fundo , e capital desta Companhia , será de tres milhões , e quatrocentos mil cruzados , repartidos em tres mil e quatrocentas acções , de quatrocentos mil réis cada humá dellas ; podendo a mesma pessoa ter muitas acções ; e podendo tambem differentes pessoas unirem-se para constituirem huma acção ; com tanto , que entre si escolhaõ huma só Cabeça , que arrecade , e distribua pelos seus Socios os lucros , que lhes acontecerem : Bem visto , que a Companhia , pela descarga com este , ficará desobrigada de dar contas aos outros.

54. O valor das referidas acções se aceitará não sómente em dinheiro , mas tambem em generos pelo seu preço corrente , e em Navios competentes , para o serviço da Companhia. Sendo o Accionista senhor *in solidum* do Navio , se lhe aceitará todo , querendo entrar com todo o valor do mesmo Navio. No caso de querer entrar com parte , se lhe fará compra do resto , pagando-lhe conforme o ajuste. Não sendo porém o Accionista senhor *in solidum* , mas tendo nelle metade , ou mais de interesse , se lhe aceitará a entrada ; obrigando-se os interessados , na fórma praticada , a que , ou larguem as suas partes pelo respectivo valor , ou comprem á Companhia pelo mesmo preço , a que lhe foi traspassada pelo Accionista. E tendo este menos de metade de interesse , sómente se lhe aceitará quando os outros Interessados ou quizerem entrar com as suas partes na Companhia ; ou vendellas.

55. Para evitar toda a duvida , que possa acontecer : He V. Magestade servido declarar , que nas referidas entradas com o todo , ou parte dos Navios , não ha venda , de que se devaõ direitos ao Paço da Madeira , ou outra qualquer Estação ; mas sómente huma subrogação do Commercio , que o dono do mesmo Navio antes fazia com elle pela sua propria pessoa , e depois pela Corporação da mesma Companhia.



56 Para receber as sommas competentes ás referidas acções, estará a Companhia aberta: A saber, para esta Cidade, e para o Reino todo, por tempo de tres mezes: Para as Ilhas dos Afsôres, e Madeira, por tempo de seis mezes: E para toda a America Portugueza, por hum anno: Correndo estes termos, do dia, em que os Editaes forem postos, para que venha á noticia de todos: Com declaração, que das acções, com que cada hum entrar no tempo competente, bastará que dê metade nos referidos termos, huma quarta parte dahi a seis mezes; outra parte semelhante ao tempo de se completar o anno da Abertura da Companhia: O que com tudo se deve entender das entradas do Reino; porque as das Ilhas serão feitas em dous pagamentos; o primeiro dentro dos referidos seis mezes; e o segundo ao tempo de se completar o anno da publicação do Edital. Nas entradas da America não haverá mais tempo, que o sobredito de hum anno; de fórma, que dentro d'elle se completem os pagamentos de todas as entradas; e passando os referidos termos, ou se antes delles se findarem, for completo o referido Capital de tres milhões, e quatrocentos mil cruzados, se fechará a Companhia para nella não poder mais entrar pessoa alguma.

57 As pessoas, que entrarem com as sobreditas acções, ou sejaõ Nacionaes, ou Estrangeiras, poderão dar ao preço dellas aquella natureza, e destinação, que melhor lhes parecer, ainda que seja de Morgado, Capella, *Fideicomisso* temporal, ou perpétuo, Doação *inter vivos*, ou *causa mortis*; e outros semelhantes, fazendo as vocações, e usando das disposições, e clausulas, que bem lhes parecerem. As quaes todas V. Magestade ha por bem approvar, e confirmar desde logo, de seu Motu proprio, certa sciencia, Poder Real, pleno, e supremo, não obstante quaesquer disposições contrarias, ainda que de sua natureza requeirão especial menção; assim, e da mesma sorte, que se as ditas disposições fossem escriptas em Doações feitas por titulo oneroso; ou em Testamentos confirmados pela morte dos Testadores. E não só aos cabedaes, com que se entrar nesta Companhia, se poderá dar a natureza de vinculo, mas tambem he V. Magestade servido extender a Real determinação do Alvará de

16 de Maio de 1757. para esta Companhia geral de Pernambuco, e Paraíba, declarando que os dinheiros pertencentes a Vinculos, Morgados, ou Capellas, destinados para se empregarem em bens, que hajaão de ser vinculados, ou para se darem a interesse, em quanto se não fazem os referidos empregos, possaão os Administradores de Morgados, e Capellas, entrar com elles nesta Companhia, sem que a isso se lhes ponha algum impedimento, como tanto, que passem via recta do cofre, onde pararem, para o da dita Companhia.

58 O dinheiro, que nesta Companhia se metter, se não poderá tirar durante o tempo della, que será o de vinte annos contados do dia em que partir a primeira Frota, por ella despachada; os quaes annos se poderão com tudo prorogar por mais dez; parecendo á Companhia supplicallo assim; e sendo V. Magestade servido concedello: Porém, para que as pessoas, que entrarem com os seu Cabedaes, se possaão valer delles, poderão vender as suas Appollices em todo, ou em parte, como se fossem padrões de juizo pelos preços em que se ajustarem. Para o que haverá hum livro, em que se lancem estas Cessão, sem algum emolumento; e nelle se mudarão de humas pessoas para outras, prompta, e gratuitamente, assim como lhes forem pertencendo pelos legitimos titulos, que se apresentaráão na Meza da dita Companhia para mandar fazer huns assentos, e riscar outros; de que se lhes passarão suas Cartas na fórma do Regimento para lhes servirem deTitulo: O que tudo se entende em quanto a dita Companhia se conservar com o governo mercantil, e com os Privilegios, que Vossa Magestade ha por bem conceder-lhe na maneira acima declarada; porque, alterando-se a fórma do dito governo mercantil; ou faltando o cumprimento dos mesmos Privilegios; será livre a cada hum dos Accionistas o poder pedir logo o capital da sua acção com os interesses, que até esse dia lhe tocarem: Confirmando-o Vossa Magestade assim com as mesmas clausulas, para se observar literal, e inviolavelmente, sem interpretação, modificação, ou intelligencia alguma, de feito, ou de Direito, que em contrario se possa considerar.

59 Qualquer dos Accionistas poderá representar em par-

particular, de palavra, ou por escrito, ao Provedor, ou Intendentes da Junta, e das Direcções, tudo o que lhe parecer, que se deve accrescentar, ou emendar, para melhor governo, e maior utilidade da Companhia nos seus respectivos Districtos: No qual caso os ditos Provedor, ou Intendentes, darão conta na Meza, com inviolavel segredo no nome do Accionista, para se determinar o que for mais util, e decorezo á mesma Companhia.

60 Os interesses, que produzir esta Companhia, se repartirão na fôrma seguinte: Desde o dia da entrada de cada hum dos Accionistas lhe ficará correndo o respectivo juro a razão de cinco por cento ao anno, o qual lhe será pago annualmente, até o tempo da primeira repartição dos lucros; na qual se fará dilconto do que cada hum houver recebido, para se diminuir no todo dos mesmos lucros: Por fôrma, que, sendo este por exemplo, de vinte e quatro por cento nos tres annos, e havendo o Interessado recebido quinze por cento nos referidos juros: Deve perceber nove por cento, sómente ao tempo da partilha. Similhantermente se hirá continuando com os ditos juros, e com as partilhas dos lucros, das quaes a primeira deve ser feita depois de tres mezes, contados do tempo da entrada da terceira Frota desta Companhia, e as outras se continuarão depois, de dous em dous annos na sobredita fôrma.

61 As acções, e interesses, que se acharem depois de serem findos os vinte annos, que constituem o prazo da Companhia, ou o termo pelo qual ella for prorogada, tendo a natureza de Vinculo, Capella, Fideicommisso temporal ou perpétuo, ou sendo pertencentes a pessoas ausentes; se passarão logo dos cofres da Companhia para o Deposito geral da Corte, ou Cidade, onde serão guardados com a segurança, que de si tem o mesmo Deposito, para delle se empregarem, e applicarem, ou entregarem conforme as disposições das pessoas, que os houverem gravado, ao tempo em que os mettêrao na Companhia. Porém naquellas acções, que não tiverem similhantes encargos, e forem allodiaes, e livres, se não requererá, nem pedirá para a entrega das suas importancias, outra alguma legitimação, que não seja a

Ap-

Appollice da mesma acção, entregando-se o dinheiro a quem a mostrar, para ficar no cofre servindo de descarga da sobredita acção.

62 Tudo isto se estenderá aos Estrangeiros, e pessoas, que viverem fóra destes Reinos, de qualquer qualidade, e condição que seja. E sendo caso que, durante o referido prazo de vinte annos, ou da prorrogação delles, tenha esta Coroa guerra (o que Deos não permita) com qualquer outra Potencia, cujos Vassallos tenhaõ mettido nesta Companhia os seus cabedaes; nem por isso se fará nelles, e nos seus avanços arresto, embargo, sequestro, ou reprezalia; antes ficarão de tal modo livres, isentos, e seguros como se cada hum os tivera na sua propria casa: Mercê, que Vossa Magestade faz a esta Companhia pelos motivos, que se lhe tem representado no augmento deste Commercio, de que se segue serviço á Coroa, e utilidade a todos os seus Vassallos.

63 E porque Vossa Magestade ouvindo os Supplicantes, foi servido nomear os abaixo declarados para o estabelecimento, e governo desta Companhia nos primeiros tres annos. Todos elles assignaõ este papel em nome do dito Commercio; obrigando per si os Cabedaes, com que entraõ nesta Companhia, e em geral os das pessoas, que nella entrarem, tambem pelas suas entradas sómente: Para que Vossa Magestade se sirva de confirmar a dita Companhia com todas as clausulas, preeminencias, mercês, e condições conteídas neste papel, e com todas as firmezas, que para a sua validade, e segurança forem necessarias. Lisboa, a 30 de Julho de 1759.

*Conde de Oeyras.*

*Jozé da Costa Ribeiro.*

*Jozé Rodrigues Bandeira.*

*Ignacio Pedro Quintélla.*

*Jozé Rodrigues Esteves.*

*Anselmo Jozé da Cruz.*

*Polícarpo Jozé Machado.*

*João Xavier Telles.*

*Manoel Dantas de Amorim.*

*Jozé da Silva Leque.*

*Manoel Antonio Pereira.*

*João Henriques Martins.*

*Manoel Pereira de Faria.*





U ELREY. Faço saber aos que este Alvará de Confirmação virem : Que , havendo visto , e considerado com as Pessoas do meu Conselho , e outros Ministros doutos , experimentados , e zelosos do serviço de Deos , e Meu , e do Bem-commum dos meus Vassallos , que me pareceo consultar , os sessenta e tres Capítulos dos Estatutos da Companhia geral de Pernambuco , e Paraíba , feitos , e ordenados com o meu Real Consentimento , e conteúdos nas dezasseis meias

folhas de papel retrò escritas , que baixaõ assignadas , e rubricadas pelo Conde de Oeyras , do meu Conselho , e Secretario de Estado dos Negocios do Reino : E porque , sendo examinados com prudente , e madura deliberação , e conselho , se achou serem muito convenientes ao meu Real serviço , e de grande , e notoria utilidade para os meus Vassallos ; e para o Commercio , e Agricultura das referidas Capitánias : Hei por bem , e me praz confirmar todos os ditos sessenta e tres Capítulos em geral , e cada hum delles em particular , como se aqui fossem transcriptos , e declarados : E por este meu Alvará os confirmo de meu Motu proprio , certa Sciencia , Poder Real pleno , e supremo , para que se cumpraõ , e guardem tão inteiramente , como nelles se contém. E quero , e mando , que esta confirmação em tudo , e por tudo seja observada inviolavelmente , e nunca possa revogar-se : mas que como firme , valiosa , e perpétua , esteja sempre em sua força , e vigor , sem alteração , diminuição , ou embargo algum , que seja posto ao seu cumprimento em parte , ou em todo ; e se entenda sempre ser feita na melhor fórma , e no melhor sentido , que se possa dizer , e interpretar a favor da mesma Companhia geral , em Juizo , e fóra d'elle : Havendo por suppridas todas as clausulas , e solemnidades de feito , e de Direito , que necessarias forem para a sua firmeza , e validade. E derogo , e hei por derogadas por esta vez sómente todas , e quaesquer Leis , Direitos , Ordenações , Regimentos , Alvarás , e quaesquer outras Disposições , que em contrario dos sobre-ditos Capítulos , ou de cada hum delles , possa haver por qualquer via , e por qualquer modo , e maneira , posto que sejaõ taes , que dellas , e delles , se houvesse de fazer especial , e expressa menção. E para maior firmeza , e irrevocabilidade desta Confirmação , Prometto , e Seguro de assim o cumprir , e fazer cumprir ; sustentando os Interessados na mesma Companhia geral de Pernambuco , e Paraíba na conservação della , e das preeminencias , Mercês , Condições , e Privilegios , e de tudo o mais , que nos referidos sessenta e tres Capítulos dos Estatutos da sobredita Companhia geral se contém.

Pelo que : Mando á Meza do Desembargo do Paço , aos Conselhos da minha Real Fazenda , e dos meus Dominios Ultramarinos , Casa da Supplicação , Meza da Consciencia , e Ordens , Senado da Camera , Chanceller da Relação , e Casa do Porto ; e bem assim aos Governadores , e Capitães Generaes , e aos Capitães Móres do Estado do Brasil , e a todos os Desembargadores , Corregedores , Provedores , Juizes , Justiça , e mais Pessoas destes meus Reinos , e seus Domi-  
nios ,

nios, a quem o conhecimento delle pertencer, que assim o cumprão, e guardem, e o fação cumprir, e guardar com a mais inviolavel, e inteira observancia: E valerá como Carta passada pela Chancellaria, posto que por ella não ha de passar, e o seu effeito haja de durar mais de hum anno, não obstante as Ordenações em contrario. Dado em Nossa Senhora da Ajuda, aos treze dias do mez de Agosto de mil setecentos e sincoenta e nove.

## R E Y.

*Conde de Oeyras.*

**A** *Lvará, porque Vossa Magestade ha por bem confirmar os sessenta e tres Capitulos dos Estatutos da Companhia geral de Pernambuco, e Paraíba; na fórma, que nelle se declara.*

*Para V. Magestade ver.*

Registado nesta Secretaria de Estado dos Negocios do Reino, no Livro da Companhia geral de Pernambuco, e Paraíba, a fol. 19. Nossa Senhora da Ajuda, a 13 de Agosto de 1759.

*Filippe Joseph da Gama.*

*Filippe Joseph da Gama o fez.*

**P**oderá o Impressor Miguel Rodrigues estampar os Estatutos da Companhia geral de Pernambuco, e Paraíba; porque para esse effeito, por este Decreto sómente, lhe concedo a licença necessaria. Nossa Senhora da Ajuda, a treze de Agosto de mil setecentos e sincoenta e nove.

*Com a Rubrica de Sua Magestade.*

Registado.





